



Políticas de Permanência Ensino Superior: Uma Revisão de Literatura

Área: Saúde

Ana Luiza Barbosa Anversa¹, Vânia de Fátima Matias², Beatriz Adelina Camilete de Campos³, Maria Cecília Cardoso Gonçalves⁴, Fernanda Carrosi Donato⁵, Larissa Lucca Marção⁶

¹Prof. Depto de Educação Física– DEF/UEM, contato: albanversa2@uem.br

²Prof. Depto de Educação Física– DEF/UEM: vfmsouza@uem.br

³Aluno do Projeto de Ensino, contato: ra129094@uem.br

⁴Aluno do Projeto de Ensino, contato: ra125136@uem.br

⁵Aluno do Projeto de Ensino, contato: pg406051@uem.br

⁶Aluno do Projeto de Ensino, contato: pg406055@uem.br

Resumo. A presente pesquisa tem por objetivo apresentar como a literatura retrata as políticas de permanência estudantil e seus impactos na formação inicial do ensino superior. Pautada na pesquisa qualitativa, do tipo revisão integrativa, os resultados indicam que as políticas afirmativas são essenciais para o acesso e permanência no ensino superior, no entanto a falta de suporte financeiro configura-se como causa significativa na evasão, sendo os programas de assistência estudantil, uma possibilidade de impacto significativo para auxiliar na permanência e desempenho acadêmico.

Palavras-chave: Políticas Afirmativas. Políticas de Permanência. Ensino Superior.

1. Introdução

As ações afirmativas são um grupo de políticas públicas que tem por objetivo possibilitar o acesso e a permanência “de pessoas pertencentes a grupos sociais excluídos ou que vivem um processo histórico de invisibilidade social em função das suas origens sociais e/ou étnico-raciais” (Maders; Barcelos, 2024, p. 3).

Tais ações são desenvolvidas de acordo com os objetivos e diretrizes do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), a partir do Decreto nº 7.234/2010 (Brasil, 2010), tendo por finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na Educação Superior na esfera pública federal. Nas universidades estaduais, tem-se o Programa Nacional de Assistência Estudantil destinado às Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais (PNAEST) instituído pela Portaria Normativa nº 25, de 28 de dezembro de 2010 (BRASIL, 2010) (Maciel; Lima; Gimenez, 2016, p. 761).



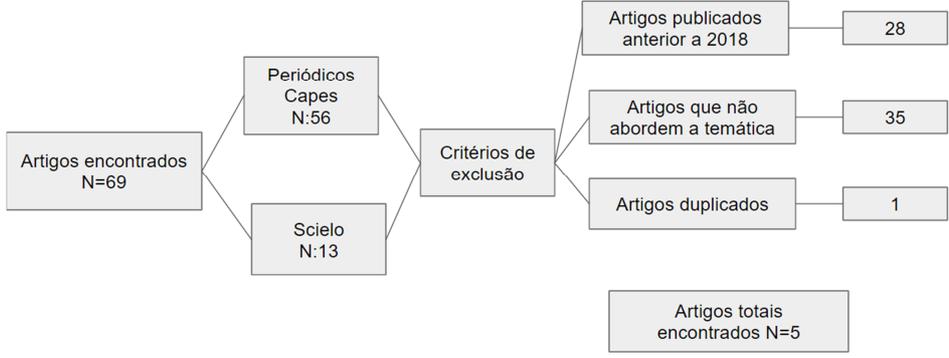
Com base nesses pressupostos, bem como investigações e leituras realizadas no Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Educação Física e Políticas Educacionais (GEEFE) e no Laboratório de Estudos e Pesquisas em Identidade Profissional, Políticas Públicas e Práticas em Saúde (LIIPS), o presente trabalho objetiva apresentar como a literatura retrata as políticas de permanência estudantil e seus impactos na formação inicial do ensino superior.

2. Metodologia

Caracterizada como qualitativa, foi realizada uma revisão integrativa, com recorte temporal de 2018-2024, nas bases de dados Portal Periódicos Capes e Portal Scielo, nas quais utilizaram-se como descritores “Políticas de permanência” “Ensino Superior” “Políticas Afirmativas” associado ao operador booleano “AND”. A busca foi realizada no período de junho de 2024 até a primeira semana de agosto do mesmo ano.

Adotou-se como critério de inclusão artigos que abordassem diretamente a temática e em língua portuguesa e, exclusão publicações internacionais. Foram encontrados 69 artigos. Após a aplicação dos critérios mantidos 33 artigos na primeira base e 8 na segunda. Após a leitura flutuante dos trabalhos, utilizando o critério de inclusão, foram selecionados 5 artigos para análise.

Figura 1. Fluxograma sobre os artigos encontrados



Fonte: os autores

3. Resultados e Discussão

Quadro 1. Artigos selecionados

Artigo	Autor (ano)	Título
1	Santos; Freire (2022)	Acesso e permanência na educação superior como direito: sobre os impactos das políticas de assistência estudantil e ações afirmativas na UFOB
2	Sotero (2022)	O desafio da permanência estudantil no contexto das ações afirmativas: o caso da Universidade

		Federal da Bahia
3	Santos; Silva; Siqueira; Bertassi (2022)	Políticas afirmativas e assistência estudantil: complementaridades efetivadas na gestão universitária
4	Cespedes; Minhoto; Oliveira; Rosa (2021)	Avaliação de impacto do Programa de Permanência Estudantil da Universidade Federal de São Paulo
5	Brandão; Campos; Lima (2018)	Políticas de ações afirmativas desafiando relações desiguais de poder: acesso/permanência na universidade estadual de londrina

Fonte: os autores

O artigo 1, de Santos e Freire (2022), teve por objetivo refletir sobre a perspectiva dos direitos humanos e como o papel das políticas de assistência estudantil e de ações afirmativas impactam na permanência no ensino superior. Os resultados indicaram que o apoio pedagógico, serviço de psicologia, serviço social, núcleo de acessibilidade e inclusão, serviço de nutrição, serviço ambulatorial, serviço de esporte e lazer se colocam como ações essenciais ao processo de permanência dos estudantes.

Os resultados dos estudos 2, 3, 4 e 5, indicam que as condições financeiras são as principais causas de evasão estudantil, assim reforça-se a importância de programas com o intuito de diminuir a evasão e assegurar a permanência no ensino superior. Cespedes et al. (2021) evidenciam a importância do auxílio financeiro que o Programa de Auxílio para Estudantes (Pape) oferecido pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), visto que, em todos os perfis, estudantes que recebem o auxílio apresentaram menor taxa de desistência e melhor desempenho acadêmico em comparação com aqueles que não receberam. No entanto, um alerta é elucidado por Santos et al. (2022), ao indicarem que na maioria dos editais do Processo De Avaliação Socioeconômico (Pase) realizados na Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), mais da metade dos ingressantes pelas ações afirmativas de baixa renda não se inscreveram, o que merece atenção e análise das possíveis causas. No artigo 5 (Brandão; Campos; Lima 2018) observa-se a criação de outro programa com o mesmo intuito de assegurar a permanência estudantil, o Programa de Acesso e Permanência (PROPE) ofertado pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) tem como objetivo reduzir as taxas de evasão e reprovação, além de promover a inclusão dos estudantes, apoiando a permanência dos estudantes na universidade por meio de várias iniciativas, incluindo apoio pedagógico, assistência estudantil e divulgação das oportunidades de acesso.

4. Considerações Finais

A partir dos achados da pesquisa evidenciou-se a necessidade das políticas de permanência como promotoras da inclusão e equidade no ensino superior. Observa-se

